



**I Congresso de Inovação
Pedagógica em Arapiraca**

**VII Seminário
de Estágio**

Perspectivas atuais dos profissionais da educação:

desafios e possibilidades

De 18 a 22 de maio de 2015

Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

O ENFOQUE À INCLUSÃO AS PESSOAS SURDAS

Eixo-temático: Educação escolar e diversidade

Anderson Francisco Vitorino¹
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
Andersonfran_29@hotmail.com

Danielle Rocha de Souza²
Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito
Email: danielle-rocha2014@bol.com.br

Resumo: Este artigo evidencia a trajetória das pessoas surdas rumo à inclusão nas quais tinha direito à vida, por isso, foram banidas da sociedade com a morte. Retrata, ainda, algumas legislações que assegura o direito dos surdos nas escolas. Outro ponto a ser analisado é a formação do professor no tocante a inclusão expondo suas dúvidas e anseios, como também, referencia a problemática dos estudantes surdos que necessitam de um atendimento qualificado que possa auxiliar no processo de ensino aprendizagem tendo como parâmetro a sala de recurso. Portanto, a contribuição do AEE - Atendimento Educacional Especializado está designado à forma de serviço de educação especial, dentro das escolas regulares dando suportes para que tenham condições de atender aos estudantes em processo de inclusão. Diante deste olhar optamos pela pesquisa bibliográfica de caráter descritivo. As análises literárias que foram obtidas através deste estudo serviram de subsídios para os estudos acerca da inclusão que nos permitiu compreender a importância que o profissional de sala de aula regular e AEE tem no processo de ensino aprendizagem das pessoas surdas nas escolas. Contudo, é de suma importância, que os educadores tenham um olhar “especial” para seus estudantes mostrando como conviver com as diferenças de cada indivíduo. Sendo assim, a concepção de inclusão vai além da mera permanência física do estudante na escola. O profissional da área da educação especial tem um papel importante na formação histórica, social, cultura e lingüística das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas surdas. Formação de professores. Sala de recursos.

1- INTRODUÇÃO

¹ Professor; UFAL - Universidade Federal de Alagoas; Arapiraca, Alagoas; andersonfran_29@hotmail.com

² Professora; Escola de Ensino Fundamental Crispiniano Ferreira de Brito; Arapiraca, Alagoas; danielle-rocha2014@bol.com.br

A motivação na escolha do tema intitulado “O Enfoque à inclusão as pessoas surdas” partiu do pressuposto e do desejo de ampliar os conhecimentos acerca do tema em estudo. Tem por objetivo central evidenciar o processo de inclusão nas escolas com estudantes surdos, avaliando se literalmente a inclusão prevista na legislação estaria sendo efetivada nas escolas.

Ao se tratar de inclusão, surge sempre a idéia de inserção de algo ou alguém novo ou diferente, a um processo em andamento. Não se deve esquecer que a inclusão de pessoas com deficiência perpassa por direito (legislação) garantido para todos, de modo que todos sejam respeitados, valorizados e correspondidos no processo de inclusão educacional. O artigo faz um breve resgate histórico da trajetória das pessoas surdas com intuito de compreender como a inclusão dos surdos veio aos poucos sendo inserida na sociedade. Aborda, também, a importância da legislação que garantem a inclusão das pessoas com deficiência em sala de aula regular, e evidencia a importância da adaptação curricular e da formação do professor no tocante a pessoa com deficiência, como também, analisa a relevância da sala de recurso multifuncional como parâmetro funcional pedagógico do saber no processo de ensino-aprendizagem.

Uma pessoa surda numa turma de ouvintes está fisicamente na sala, mas o acesso à informação e a todas as aprendizagens que se fazem em sala de aula é muito limitado. Isto normalmente acontece porque a comunicação entre estudantes surdos e professores de sala de aula regular se dá através do português oral, como primeira língua (L1). O surdo não ouve, logo não tem acesso às aprendizagens como acontecem com os outros colegas. Os surdos são vistos como tendo um acesso diferente ao mundo, o que implica em diferenças em relação aos ouvintes. Pelo fato de não ouvirem, os surdos constituem seu conhecimento de mundo através do canal visual-espacial, adquirem a língua de sinais sem dificuldade e esta vai possibilitar o desenvolvimento tanto dos aspectos cognitivos, como sócio-emocionais e lingüísticos.

A inclusão assume paulatinamente uma importância no contexto educacional dentro de uma perspectiva de atender as exigências de uma sociedade em processo de renovação e busca pela ampliação da democracia. Possivelmente será alcançada quando todas as pessoas que sofrem rejeição tiverem acessibilidade da informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

Dentro desta prerrogativa, compreende-se à necessidade de cidadãos, sabedores e conscientes de seus valores, direitos e deveres. Portanto, faz-se necessário a inserção de todos numa proposta educacional de ensino flexível que possa abranger uma diversidade de estudantes e oferecer uma matriz curricular adequada sem perda da qualidade de ensino e de aprendizagem.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 A trajetória histórica da pessoa surda rumo à inclusão.

A trajetória social das pessoas surdas sempre esteve dialeticamente implicada com a concepção de homem e de cidadania ao longo do tempo. Não há como falar da Inclusão sem fazer um breve relato histórico sobre as pessoas com deficiência e a importância da busca de oportunidades iguais para todos. Até o século XV, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram consideradas deformadas e jogadas nos esgotos da Antiga Roma. Esses indivíduos eram tidos como “castigo” (maldição), por isso eram banidos da sociedade. Segundo Bianchetti e Freire (2002), nesta época fica registrada a crença de que o corpo com deficiência era uma, como os autores denominavam de “Oficina do Diabo” que precisava ser exorcizado para se fazer valer diante da sociedade. Com isso muitos surdos e demais pessoas com deficiência, por não passarem pela essa prática do exorcismo, eram jogadas e queimadas na fogueira com a proposta de purificação de suas almas.

Na Idade Média as pessoas com deficiência não eram mais sacrificadas ou mortas, porém, continuavam banidas de qualquer convívio social. Por influência da igreja, eram consideradas produto do pecado e do demônio. Afirmção que assume proporções mais expressivas ao enunciar que:

As pessoas surdas foram excluídas da sociedade e muitos tiveram sua sobrevivência prejudicada. Existiam leis que proibiam o surdo de possuir ou herdar propriedades, casar-se, votar como os demais cidadãos. (FELIPE, 2001, p.120).

Na Idade Moderna, foram criadas instituições para cuidar e abrigar as pessoas com deficiência nas quais elas eram trancafiadas. Eram os asilos, conventos ou albergues. O primeiro hospital psiquiátrico surgiu na Europa, mas tal como as

instituições da época, não passava de uma espécie de prisão, sem tratamento especializado ou programas educativos. Como destaca Veloso e Maia Filho (2009, p. 23),

Aos surdos era proibido receber a comunhão por serem considerados incapazes de confessar seus pecados. Também haviam decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas, só sendo permitido aqueles que recebiam autorização do Papa. Também existiam leis que proibiam os surdos receber heranças e votar e, enfim, de todos os direitos de cidadãos. (VELOSO e MAIA FILHO, 2009, p. 23).

Segundo Bueno (1993) a história da educação especial mundial considera o século XVI como a época em que se iniciou a educação das pessoas com deficiência, por intermédio da educação da criança surda. Este período é denominado como uma época de precursores; é atribuído ao monge beneditino Pedro Ponce, em 1541, na Espanha, o início de um trabalho com crianças surdas, entretanto, Gomes (2008, p.9) afirma que “Dessa forma, com o alfabeto bi-manual o estudante aprendia a soletrar, letra por letra, qualquer palavra, mas não a se comunicar”.

Embora o sistema de preceptores fosse sendo substituído ainda nos meados do século XVII e início do XVIII, era uma prática muito comum. Enquanto para a criança ouvinte, nesta época, o ensino constituía-se em aprender a leitura e a gramática, para os alunos surdos se restringia técnicas de substituição da fala por gestos. É importante destacar que isso era um privilégio das elites da nobreza e da burguesia mundial.

Nesta época, surgem os primeiros educadores de surdos: o alemão Samuel Heineck (1729-1790); o Abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789). Ele foi o professor que mais contribuiu para o desenvolvimento da Língua de Sinais Brasileira. Diante do exposto, corroboro com uma das falas, Felipe, (PASSIM, 2001, p. 121), “porque foi de seu Instituto na França, que veio para o Brasil, o padre Huet, um professor surdo, que, à convite de D. Pedro II, trouxe este método combinado”, criado por L'Épée, para trabalhar com os surdos no Brasil. E, por extensão o inglês Thomas Braidwood (1715 – 1806), fundou a primeira escola privada na Gra-Bretanha, e ainda, desenvolveu metodologia (palavras escritas, seu significado, sua pronúncia, e a leitura orafacial, além do alfabeto digital) de ensino para a educação da pessoa surda. Em 1755, em Paris, o Abade L'Épée funda a primeira escola pública para o ensino da pessoa surda. Na França, o português Jacob Rodrigues Pereira desenvolve o método de ensino da fala e exercício auditivos com reconhecido sucesso.

Na Itália, em Milão, em 1880, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, ficando definido que o método Oral é o mais adequado na educação do surdo. Nesse congresso, a visão oralista defende que só através da fala o indivíduo surdo poderá ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social. Desse modo, o domínio na língua oral torna-se condição básica para sua aceitação em uma comunidade majoritária.

De acordo com Goldfeld (2002), esse método oralista compreende o modelo clínico do sujeito surdo que deveria aprender a falar por meio de reabilitação da fala em direção à “normalidade” exigida pela sociedade. A autora destaca ainda que,

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

Sendo assim, essa metodologia é pautada no ensino de palavras e tais atitudes respaldam-se na alegação de que o surdo tem dificuldade de abstração. Assim o surdo é considerado como deficiente auditivo que deve ser curado, corrigido e recuperado. Reportando-se ainda, ao método oralista, o caráter decisivo do Congresso de Milão, em que diretores renomados de escolas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e priorizar a palavra viva.

Para Skliar (1997, p.50), as razões que sustentavam a aprovação do método oral, eliminando a utilização da língua de sinais, estavam vinculadas a questões políticas, filosóficas e religiosas.

Diante do exposto, fica evidenciado que as conseqüências da filosofia educacional, o oralismo, podem ser observados por meio dos resultados de pesquisas e do esmagador fracasso acadêmicos em que o surdo está inserido. De acordo com Sacks (1990, p. 45) “o oralismo e a supressão do sinal resultaram numa deteriorização dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral”. Posteriormente, ao longo da história, surgiram outras filosofias educacionais tais como: A Comunicação Total e o Bilinguismo.

A Comunicação Total surge com a finalidade de que os surdos entendiam que poderiam utilizar a língua de sinais como resgate da comunicação entre eles. Essa filosofia tinha como proposta de utilizar a língua de sinais, gestos, mímicas, leitura

labial e outros recursos que colaborassem com a língua oral. Segundo Ciccone (1996, p.6-8),

A Comunicação Total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal (...). A Comunicação Total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideais paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar idéias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito.

Percebemos que essa concepção filosófica não condizia com que os surdos acreditavam que poderia utilizar a língua de sinais em processo de aprendizagem. O que se analisava era a camuflagem da concepção filosófica do Oralismo, como afirma Marchesi, (1995, p. 59), “[...] a Comunicação Total não está em oposição à utilização da língua oral, mas apresenta-se como um sistema de comunicação complementar”

Na seqüência histórica surge a concepção do Bilinguismo que acredita que a criança surda seja educação por intermédio da Língua de Sinais e Língua Portuguesa (escrita). Com a chegada do Bilinguismo, a língua de sinais passa a ter a sua devida importância, pois possibilita um domínio linguístico e a garantia de conseguir expressar-se com mais segurança.

A educação bilíngüe nessa concepção é uma proposta de ensino que preconiza o acesso a duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita. Dessa forma, a proposta bilíngüe busca resgatar o direito da pessoa surda de ser ensinada em sua língua, a língua de sinais, levando em consideração os aspectos sociais e culturais em que está inserida.

Diante dessas concepções filosóficas apresentadas podemos relatar que no Brasil, foi constatado que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização, não fala bem, não faz leitura labial, nem tampouco participa com

naturalidade da interação verbal. Inegavelmente, fica evidenciada pelos fatos mencionados anteriormente, a decadência do método oralista.

No ano de 1851, iniciou a instalação de cursos especializados para formação de professores promovidos pelo o MEC, fato que resultou uma grande divulgação da educação para os surdos.

Um outro fato marcante considerado no Brasil, na cidade de Rio de Janeiro, em 1857, foi a fundação da primeira escola para surdos, o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, atualmente é conhecido por INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos.

Outra conquista histórica é a Libras, Língua Brasileira de Sinais, é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural e de expressão usada pela comunidade surda brasileira, como afirma Felipe (2001, p. 38),

Uma comunidade surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas. Portanto, nessa comunidade pode ter também ouvintes e surdos que não são culturalmente surdos.

De acordo com que foi citado acima, fica evidenciado que a língua padrão utilizada pela comunidade surda é a língua de sinais. Outra importante conquista histórica também a ser considerado são os surgimentos dos profissionais intérpretes de Libras¹ e Instrutores de Libras².

¹ Intérprete de Libras: os Intérpretes é a pessoa que sendo fluente em língua de sinais, também possui a capacidade de traduzir, verter em tempo real (interpretação simultânea) ou com pequeno lapso de tempo (interpretação consecutiva), em uma língua sinalizada para uma língua oral ou vice-versa; ou então para outra língua sinalizada.

² Instrutor de Libras: O Instrutor/professor de LIBRAS, é aquele que ocupa a função pública estadual de Instrutor de libras, tendo como função primordial o ensino da Língua Brasileira de SINAIS, no contexto escolar tanto para alunos surdos, quanto para alunos ouvintes.

2.2 Legislação acerca da educação especial, integração e/ou inclusão

Paralelamente, diante de tantos fatos históricos mencionados acima no tocante a educação dos surdos, pode-se mencionar a Educação Especial que segundo Mendes (2001) tornou-se oficializada a partir da década de 70, tem desde seu início, um discurso intensamente marcado pela filosofia da normalização e integração. Desde então surgiram várias leis que visam assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

Conforme a Constituição Brasileira, Capítulo III, Seção I, Art. 205 “A Educação, direto de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, e no Art. 208, III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular do ensino”.

Em 1989, a Lei Federal 7.853/89, no item dedicado à Educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e adverte como crime punível de reclusão de um a quatro anos e multa os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem, ou suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno em virtude de sua deficiência.

Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien na Tailândia, discute: a) a oferta de atendimento às necessidades educacionais básicas para todos; b) a universalização do acesso, promoção da igualdade, ampliação dos meios e conteúdos da Educação Básica e melhoria do ambiente de estudo.

Já em 1996, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no. 9394/96 aponta que a Educação Especial deve se dar preferencialmente no ensino regular, conforme já previa a Constituição Federal de 1988. Na atualidade, é possível perceber a quebra de muitos paradigmas e segundo Mendes (2001, p.18)

“No Brasil o debate sobre a educação inclusiva vem provocando polêmica, estridência e polarização no país, principalmente pela falta de uma definição entre essas duas tendências (integração e/ou inclusão), e seu maior impacto tem incidido na questão da Educação Especial”.

Apesar dessa discussão entre integrar ou incluir, a constante luta das pessoas com deficiência é a luta pela sobrevivência e a possibilidade de poder fazer coisas “normais” sem ter que serem colocadas em situações indelicadas.

Em 24 de abril de 2002, foi instituída a Lei n.º 10.436, que dispõe sobre a Libras, e decreta a inclusão da Libras como componente curricular, fica evidente no Art. 1º que a Libras será um componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino. Assim, o acesso à escola é decisivo na constituição da cidadania, como afirma (BUENO, 1993, p.141).

É preciso se integrar na luta pela extensão e qualificação da escola pública, única forma para se encaminhar, de fato, o problema do acesso ao conhecimento daquela parcela da população que, em razão de uma política que, embora sustentada por um discurso democratizante, tem concretamente obstaculizado esse acesso aos membros das camadas populares, quer sejam eles normais ou excepcionais.

As críticas à inclusão situam-se nas relações entre a condição social das pessoas com deficiência e o processo atual de globalização econômica caracterizada pelo incremento da competitividade. A competitividade atualmente valoriza o êxito acadêmico, o rendimento e a capacidade de competir.

O processo de aprendizagem deve responder aos desafios das diferenças. Só o ensino que leva em conta essas condições é que pode de fato responder à realidade social. Neste sentido pode perceber que a educação inclusiva não é tarefa fácil de resolver na prática, embora educadores, familiares e comunidade em geral, busquem uma escola de melhor qualidade para todos. Ainda que haja muita resistência por parte de muitas pessoas, é necessário que haja uma nova postura pedagógica frente à relação aprendizagem e desenvolvimento.

A nosso ver, já não pode mais negar que o direito de toda criança à educação, desde que proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e confirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, não se pode mais restringir às pequenas parcelas da população, ou à maioria dita “normal” e sim a todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e até idosos, quer sejam pessoas com deficiência ou não.

O desafio posto à escola inclusiva, diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na pessoa, capaz de educá-las, incluindo aquelas que possuam desvantagens. Assim, qualquer pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação.

2.3 Currículo escolar e formação do Professor

Antes de ser um profissional o professor é uma pessoa, um ser humano, e por este motivo necessita passar por um momento de auto-reflexão para compreender quem é ele, quais os seus anseios, quais as suas limitações e por fim quais os seus desígnios. O professor deve-se perceber que a busca incessante do saber está na competência profissional como afirma (FREIRE, 1997: 102-103):

A segurança com que a autoridade docente se move implica outra, a que se funda na sua competência profissional nenhuma autoridade docente exerce ausente desta competência. O professor que não leva a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. (...) A incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

A partir de 1990, quando a discussão sobre a inclusão dos discentes com deficiência nas salas regulares, se acirrou no Brasil, as reações de muitos professores foram de aflição. Os docentes só haviam concluído o Magistério, as classes eram lotadas, não havia preparo pedagógico, as barreiras arquitetônicas; atitudinais e comunicacional estavam muito evidentes. Os professores frente aos estudantes surdos em sala de aula regular percebem-se a necessidade de buscar parâmetros didático-pedagógicos que possam subsidiar o processo de ensino e de aprendizagem com qualidade para estudantes sem ou com deficiência.

O direito à matrícula da pessoa com deficiência não garante o direito aprendizagem. A falta de qualificação de alguns profissionais na área de educação especial perante aos desafios de trabalhar com estudantes surdos inseridos na escola regular compromete a proposta da inclusão que diz que os estudantes surdos devem possuir adaptação curricular inseridos no contexto escolar. Essa busca não deve ser solitária, a escola deve se envolver como um todo, ressaltando que os professores da sala de recurso multifuncional, os professores de sala de aula regular, os intérpretes de Libras, os coordenadores e a equipe interdisciplinar devem viabilizar métodos didático-pedagógico que atenda as pessoas surdas.

Segundo Carvalho (1993), o espaço escolar pode ser considerado um ambiente em que todos devem trocar experiências/informações entre professores x professores e professores x estudantes no sentido de buscar desdobramento no que tange a proposta

da Educação Inclusiva. Essa conscientização leva à necessidade de cursos de formação inicial e continuada de professores, de investimentos na habilitação desses profissionais para que se tornem capazes de atender esta nova demanda. Nas escolas, neste momento, também há necessidade de que a equipe de gestão esteja envolvida e preocupada com a proposta da inclusão num processo que fará da educação um ato democrático.

Segundo MEC; SEESP, p. 32, 2001, são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar e/ou trabalhar com as dificuldades apresentadas por estudantes com deficiência em sala de aula regular. Estes professores devem definir propostas educativas adaptativas a essas dificuldades dos estudantes. Deve ainda apoiar o professor da sala de aula regular, atuando nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Os professores especializados devem apontar estratégias de flexibilização, adaptação curricular, práticas pedagógicas, ou seja, alternativas em parceria com o professor de sala regular e intérpretes de Libras.

E ainda, Segundo MEC; SEESP, p. 58, 2001, o currículo, em qualquer processo de escolarização, transforma-se na síntese básica da educação, isto possibilita afirmar que a busca da construção curricular deve ser entendida como aquela garantida na própria LDBEN, complementada, quando necessário.

Assim, especificamente as adaptações curriculares para atender às necessidades especiais dos alunos surdos podem ser poucas e não constituir alterações expressivas na programação regular, de tal modo que todos os alunos da turma possam delas se beneficiar. Pode-se também realizar adaptações significativas do currículo regular, para atender a condições específicas necessárias, de modo a obter maior participação do aluno nas atividades curriculares comuns e possibilitar o alcance dos objetivos definidos para cada etapa educativa.

Neste enfoque, destaca-se a figura do pedagogo em sua atuação como organizador do trabalho docente, como membro da equipe técnico-pedagógica, pois ele tem a função de procurar auxílio dos serviços especializados. É ele quem deve estar atento as necessidades da comunidade escolar, identificando às prováveis causas de suas dificuldades, sendo o elo entre professores e profissionais da área específica.

Assim como pedagogo e o professor, todos devem trabalhar no ambiente da escola para que os procedimentos para a inclusão tenham uma abordagem centrada na pessoa, com sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de levar em consideração as diferentes necessidades desses alunos, lembrando, contudo, que o currículo deve ser o

mesmo que se trabalha com os demais alunos, ou seja, o currículo regular, e não um currículo diferente. Assim, a preparação de todos os envolvidos no processo escolar constitui-se primordialmente a promoção de escolas inclusivas, já que os alunos com necessidades educacionais especiais auditivas necessitam aprender para superar suas limitações.

2.4 Sala de recurso multifuncional

Na sala de recursos multifuncionais, onde é realizado o AEE - atendimento educacional especializado, o profissional elabora planejamento específico didático-pedagógico com a finalidade de atender o aluno surdo especificamente que por sua vez deve-se ser alfabetizado na Libras, trabalhar o português escrito e pode utilizar equipamentos e materiais tais como: computador, livros, revistas e jogos visuais, lúdicos e interativos.

O profissional da sala de recursos apura com o titular da sala regular as necessidades dos estudantes. Se o docente da turma regular perceber que há pouca ou nenhuma evolução, cabe a ele dialogar com o professor da sala de recurso, que pode modificar o plano. Outra atitude importante é transmitir o conteúdo das aulas da sala regular à de recursos com antecedência. O profissional que atua na sala de recursos com os estudantes surdos, especificamente, necessita além de habilidades pedagógicas utilizar a Libras, para que a comunicação entre o aluno surdo e o professor da sala de recursos seja estreitada sem nenhuma barreira.

Através do “portal” citado acima, ressalta-se a importância da integração de todos os profissionais inseridos no contexto escolar, e ainda, o empenho e o comprometimento que esses profissionais devem ter para o bom andamento da escola, sendo todos responsáveis pelo ensino de qualidade para esses estudantes com deficiência. Após a matrícula dos estudantes surdos na classe comum, é estabelecido o horário e os dias de atendimento na sala de recursos, de forma a conciliar a frequência na sala de aula com a sua participação nas atividades extraclasse.

Os estudantes integrados nas escolas de ensino regular devem possuir uma agenda, onde o professor da classe comum anota as dificuldades encontradas, para que o professor da sala de recursos possa planejar atividades adequadas às necessidades dos educandos. As escolas devem-se oferecer apoios pedagógicos a alunos integrados em classe comum, bem como, manter intercâmbio com a comunidade escolar para um trabalho de conscientização sobre as potencialidades das pessoas surdas, e ainda,

atender diariamente, na sala de recursos, estudantes surdos integrados, individualmente ou em pequenos grupos, de no máximo seis estudantes.

3- Considerações Finais

Ao realizar essa investigação literária acerca da educação dos surdos analisamos que a construção de conhecimento desses sujeitos perpassa por questões histórica, social, cultural e lingüística. De acordo com as leituras realizadas constatamos que atualmente as práticas de inclusão utilizadas pelos professores em sala de aula nas escolas são reflexos das tendências educativas que ocorre(ram) voltadas as pessoas surdas. Essas práticas se devem também pelo que eram entendidos por estudiosos, pesquisadores, educadores que consideravam as práticas educacionais mais adequadas para a construção do conhecimento dos estudantes surdos. É percebido ainda que apesar da legislação esteja pautada no âmbito educativo das pessoas surdas assegurando o direito de educação “para todos”. Os estudantes surdos não têm garantia de que serão ensinados de acordo com suas necessidades provenientes de suas limitações.

Sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir é fundamental para estudante com deficiência, ou seja, garantir a possibilidade de seu crescimento, mas lembrando que isso só é possível quando há professores e comunidade envolvidos e comprometidos com a educação de qualidade socialmente referenciada. Deixar o estudante em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão. Por isso que os estudantes surdos, especificamente necessitam do Atendimento Educacional Especializado para trabalhar as dificuldades de aprendizagem encontradas na sala regular. A formação do professor de sala de recurso deve ser especializada para trabalhar com as diversidades e as peculiaridades das pessoas com deficiência.

No mesmo encaminhamento percebemos o quanto é preciso um trabalho de parceria com o professor de sala de aula regular, o professor de AEE e os intérpretes de Libras. Esses profissionais são imprescindíveis no desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas, na elaboração de planejamento e na fomentação de currículo adequado para atender as necessidades dos estudantes surdos.

As dificuldades existem e ficam bem claras quando se pára para observar de forma mais critica. Entre elas estão à falta de infra-estrutura das escolas; o despreparo e desinteresse por parte de alguns professores que não se sentem capazes frente a este

novo desafio, mas que também, muitas vezes, não buscam meios para que isso ocorra; as dificuldades no atendimento individualizado por parte do professores por não contarem com uma professora auxiliar, entre outros aspectos.

As problemáticas são muitas, por isso há a necessidade de que toda a comunidade escolar e a sociedade, assim como o poder público – municipal, estadual e federal – encarem a inclusão não como um favor, mas como uma obrigação a ser cumprida, pois inclusão não é favor que se faz a estes alunos, e sim um direito.

A caminhada é árdua e não garante que todos tenham as mesmas oportunidades para estudar, para trabalhar, para o lazer e pratica de esportes, enfim, para ter acesso a todos os bens produzidos socialmente. Portanto, nós educadores devemos unir forças para lutar por essas causas que não são minhas, não são deles, são de todos nós que entendemos o quanto é importante possibilitar a construção do conhecimento com qualidade e para todos.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.** 5.ed. Papirus Editora, 2002.

BRASIL, Decreto Lei no.8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Providências.** Diário Oficial da União, 26 de Junho de 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** No. 9394, de 20 de Dezembro de 1996.

BUENO, Geraldo Silveira. **Educação Brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Família, Escola e Comunidade: alicerces da Educação Especial.** Revista Mensagem da APAE. NO. 60. Abril a Junho. Brasília – DF, 1993.

CICCONE, Marta. **Comunicação total:** introdução, estratégias a pessoa surda. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: curso básico, livro do estudante cursista – Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC/SEE SP; 164.: il.; Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

GOMES, Morgana. **Pedagogia no século XVI: Pedro Ponce de Leon**. Educativa: a Revista do Professor. n.3. Edição Especial. São Paulo: Minuano Cultural, 2008.

MARCHESI, A. **Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Perspectivas Atuais da Educação Inclusão no Brasil**. Anais do II Encontro de Educação Especial na UEM. Deficiência e Inclusão. Bertoni, 2001.

SACKS, O. **Vendo Vozes: uma Jornada pelo Mundo dos Surdos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

SKLIAR, C. B. . **Uma perspectiva socio-historica sobre a educação e a psicologia dos surdos**. In: Carlos Skliar. (Org.). Educação & Exclusão.. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 1997a, v. 1, p. 105-155.

VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. vol.1. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

NAUJORKS, Maria Inês. **Stress e Inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Texto disponível em: www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/stresseinclusao.htm acessado em 20/08/2006 modelo de como por o site.

INES. **Instituto Nacional de Educação dos Surdos**. Disponível em: http://www.ines.gov.br/ines_livros/17/17_003.HTM Acesso em: 22 de julho de 2010

MEC. **Ministério de Educação e Cultura**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index?option=com_content&task=view&internal=1&id=9061 sala de recursos. Acesso em 07 de agosto de 2010.

INES. **Instituto Nacional de Educação dos Surdos**. Disponível em:
http://www.ines.gov.br/ines_livros/32/32_006.HTM sala de recursos. Acesso em: 23 de julho de 2010;

ARARA AZUL. **Revista/Editora Arara Azul**. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/53>. Acesso em: 10 de abril de 2015.